



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO

Processo: 1441003.00043/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção de veículos, com fornecimento de peças originais e serviço de reboque, conforme especificações contidas no Anexo I.

RECIBO

A Empresa _____ CNPJ n.º _____, retirou Edital de Pregão nº _____ e deseja ser informada de quaisquer alterações, respostas a esclarecimentos e impugnações pelo e-mail: _____.

_____ aos _____ / _____ / _____.

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À CPL/DEFENSORIA PÚBLICA PELO FAX: (31) 3348-6143 OU PELO E-MAIL: CONTRATOS@DEFENSORIA.MG.GOV.BR PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO OU PRESTAR INFORMAÇÕES INCORRETAS NO MESMO.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÍNDICE

1 – PREÂMBULO	3
2 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	3
3 – OBJETO	3
4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	3
5 - DO CREDENCIAMENTO.....	4
6 - DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	5
7 – HABILITAÇÃO.....	6
8 - DA SESSÃO DO PREGÃO	7
9 - DOS RECURSOS	9
10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.....	10
11 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10
12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	10
13 - DISPOSIÇÕES GERAIS	11
ANEXO I.....	13
ANEXO II	18
ANEXO III.....	19
ANEXO IV	24
ANEXO V	22
ANEXO VI.....	23



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NORMAS DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Tipo: MENOR PREÇO
Processo: 1441003.00043/2014

1 – PREÂMBULO

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Bernardo Guimarães, nº 2.640, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG, CEP 30.140-082, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 1441003.00043/2014** na modalidade **Pregão Eletrônico**, do **tipo menor preço** para a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada em manutenção de veículos, com fornecimento de peças originais e serviço de reboque, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital.

Este Pregão será regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Estadual nº 14.167 de 10 de janeiro de 2002, pela Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, pelo Decreto Estadual nº 44.786 de 18 de abril de 2008, pelo Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, Decreto Estadual nº 44.630, de 03 de outubro de 2007, pelo Decreto Estadual nº 45.749 de 05 de outubro de 2011, e demais normas legais aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão será realizado por um dos pregoeiros e equipe de apoio ambos designados pela Resolução DPMG nº. 104 de 11 de outubro de 2013.

2 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - As Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas, por meio do site www.compras.mg.gov.br, a partir do dia **04/06/2014 às 10h00min.**

2.2 – A abertura da Sessão de Pregão terá início previsto para o dia **16/06/2014, às 10h00min.**

2.3 – Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília - DF.

3 – OBJETO

3.1 – Contratação de empresa especializada em manutenção de veículos, com fornecimento de peças originais e serviço de reboque, conforme especificações contidas no Anexo I.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1- Poderão participar da presente licitação todos quantos militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, desde que previamente credenciados no módulo Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços, SIAD, no Portal de Compras, www.compras.mg.gov.br, devendo encaminhar eletronicamente sua proposta de preço e declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às demais exigências previstas no edital, nos termos do Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.2 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que:

4.2.1- pelos documentos de sua constituição, não provarem que se destinam a atividades previstas no objeto do Edital ou a elas se dediquem secundária e esporadicamente.

4.2.2 - se encontrarem sob falência, recuperação judicial/extrajudicial e concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação;

4.2.3 - na condição de empresas estrangeiras não estejam em funcionamento no País;

4.2.4 - estiverem inclusos em uma das situações previstas no art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93;

4.2.5 - tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

4.3 - A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, o fornecedor deverá credenciar-se no *site* www.compras.mg.gov.br, na opção ***Cadastro de Fornecedores***, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

5.1.1 – Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

5.2 – O uso da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do licitante e de seu representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que utilizada indevidamente por terceiros.

5.2.1 – O licitante será responsável por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do licitante implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

5.3 – Informações complementares a respeito do credenciamento serão obtidas no *site* www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3516- 0399 (para outras localidades e celular).

5.4 – O licitante que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal n.º 123/06, disciplinados no Decreto Estadual n.º 44.630/07 e pela Resolução SEPLAG n.º 58/2007 deverá comprovar a condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, no momento do seu credenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, conforme item 5.1, com a apresentação de:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.4.1 – Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;

5.4.2 – Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;

5.4.3 – Na hipótese de o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas não emitir o documento mencionado no item 5.4.2 deste artigo, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá ser apresentada, perante o CAGEF, declaração de porte feita pelo representante da empresa, sob as penas da lei, mediante a comprovação dessa circunstância.

6 - DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 – O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do site www.compras.mg.gov.br até a data e horário marcados para abertura da sessão do pregão, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do Portal de Compras – MG de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas no Edital e seus anexos.

6.1.1 – Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte apresente restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá declarar, no campo próprio do Portal de Compras – MG, que atende às demais exigências da habilitação.

6.2 – Todas as condições estabelecidas no certame serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial.

6.2.1 - O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

6.3 – O prazo de validade da proposta será de 60 dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.3.1 – até o horário previsto para término do envio das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente enviada.

6.4 – As propostas deverão apresentar preço unitário e global, por lote, o qual será obtido pelo somatório do preço unitário dos produtos/serviços multiplicado pela quantidade total estimada.

6.4.1 – O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida, por lote, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.

6.5 – Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

6.6 – Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com 4 (quatro) casas decimais após a vírgula.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.7 – Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais ficam isentos do ICMS, conforme dispõem o art. 6º e o item 136, da Parte I, do Anexo I, do Decreto nº. 43.080, de 13 de dezembro de 2002, e suas alterações posteriores.

6.7.1 – Os fornecedores mineiros deverão informar nas propostas enviadas, pelo sistema eletrônico, os preços sem a dedução relativa à isenção do ICMS.

6.7.2 – A classificação das propostas, a etapa de lances e o julgamento serão realizados a partir dos preços sem a dedução do ICMS, inclusive para os fornecedores mineiros.

6.8 – O licitante declarado vencedor deverá enviar, juntamente com os documentos de habilitação, a proposta comercial adequada aos valores finais ofertados durante a sessão do pregão.

6.8.1 – O licitante mineiro, declarado vencedor, deverá informar na proposta comercial os preços com o ICMS e os preços resultantes de sua dedução.

6.8.2 – O disposto no subitem anterior não se aplica as Microempresas e empresas de Pequeno Porte mineiras optantes pelo regime do Simples Nacional, que deverão apresentar em suas propostas apenas os preços com ICMS, devendo, ainda, anexar a ficha de inscrição estadual na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

7 – HABILITAÇÃO

7.1 – REGULARIDADE JURÍDICA

7.1.1 - Cópia da Cédula de Identidade do Representante Legal;

7.1.2 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.1.3 - Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.1.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

7.2.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

7.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2.4 - Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

7.2.5 – Prova de Regularidade perante o INSS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

7.2.6 – A pequena empresa deverá apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal.

7.2.6.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de pequena empresa, assegurar-se-á o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a pequena empresa for declarada vencedora do certame, para a devida e necessária regularização.

7.2.6.2 - A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

7.2.6.3 - O prazo previsto no item 7.2.6.1 poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e expressamente autorizado pela Administração.

7.2.6.4 - A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.

7.2.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para que o licitante possa comprovar que não possui dívidas decorrentes de condenações pela Justiça do Trabalho.

7.2.8 - É facultado aos LICITANTES a apresentação dos documentos originais para autenticação das cópias pela Comissão Permanente de Licitação.

7.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.3.1 - Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão de no máximo 6 (seis) meses anteriores à data da abertura do certame;

7.3.2 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa ou balanço de abertura, no caso de empresa recém-constituída, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, mas admitida a sua atualização por índices oficiais. No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica;

7.3.3 - Juntamente com os documentos referidos neste item, serão apresentadas, para fins de habilitação, as declarações abaixo, cujos modelos estão em anexo:

a) Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual, conforme ANEXO III;

b) Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme ANEXO IV.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.4 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.4.1 – O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral – Cadastramento (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá apresentá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que o documento do CRC esteja com a validade em vigor. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento com em vigor.

7.4.1.1 – Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC.

7.4.2 – Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pelo pregoeiro ou por membro de sua equipe de apoio, no momento da análise dos documentos de habilitação.

7.4.2.1 – Para fins de habilitação, a verificação pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

7.4.2.2 – A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

7.4.3 – O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.

8 - DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1 – Após a abertura das propostas, no horário previsto neste edital, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

8.2 - DOS LANCES:

8.2.1 – Após a análise das propostas, o pregoeiro fará a sua divulgação e convidará os licitantes a apresentarem lances por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos.

8.2.2 - Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgadas, em tempo real, todas as mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelos licitantes, vedada a identificação do fornecedor.

8.2.3 - Durante toda sessão de lances, o sistema permitirá que o licitante cubra o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será considerado como lance vencedor do lote o de menor valor.

8.2.4 - Serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, desde que sejam de fornecedores diferentes. Neste caso, a ordem de classificação seguirá a ordem cronológica de recebimento dos lance.

8.2.5 - Caso o proponente não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2.6 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, em que seus proponentes não tiverem ofertado lance, será realizado, obrigatoriamente, sorteio aleatório pelo próprio sistema.

8.2.7 - Alternativamente ao disposto no inciso 8.2.6, caso o sistema eletrônico não disponha de funcionalidade para sorteio, os proponentes cujas propostas foram objeto de empate serão convocados por meio do canal eletrônico da licitação para que seja realizado o sorteio presencial, em local a ser definido pelo pregoeiro.

8.2.8 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.2.9 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagem disponibilizada no sistema de compras do Estado de Minas Gerais.

8.2.10 – A critério do pregoeiro, será iniciado o tempo randômico, cuja duração será de 05 (cinco) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.2.11 – É responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, assumindo o ônus decorrente da perda de negócios se não atender a quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ou de sua desconexão.

8.3 - DO JULGAMENTO

8.3.1 – O processo licitatório ocorrerá na modalidade de pregão eletrônico. Dentre as empresas que atenderem perfeitamente os requisitos de acordo com as características e especificações contidas neste Edital. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**.

8.3.2 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.3.2.1 - Casos não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.3.2.2 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.3.2.3 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o detentor da melhor oferta, para que seja obtido preço melhor, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.3.2.3.1 - A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.3.3 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, o sistema informará quem é o licitante detentor da melhor oferta e este deverá comprovar de imediato sua situação de regularidade, podendo esta comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação e da proposta atualizada com os valores obtidos no Pregão, via Fax (31) 3348-6143, no prazo de até 60 (sessenta) minutos, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, para o seguinte endereço: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Rua Bernardo Guimarães, 2640, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP 30.140-082, Belo Horizonte/MG.

8.3.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, para a devida e necessária regularização. Se houver a necessidade da abertura de tal



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

prazo o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no chat que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

8.3.4 – Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.3.5 - Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

8.3.6 - Após a aplicação do critério de desempate, se houver, o pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.3.7 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante terá o prazo de até 10 minutos para manifestar motivadamente, por meio eletrônico, em campo próprio, a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1 - Não serão conhecidas as razões e contrarrazões apresentadas após os prazos estabelecidos no item 10.1, devendo as mesmas serem apresentadas e protocoladas na sede da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, localizada na Rua Bernardo Guimarães nº. 2.640 – Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-082.

9.2 – A ausência de manifestação de inconformismo do licitante, por meio eletrônico e de formulário próprio, no prazo descrito no item 10.1 e sem motivação, importará na decadência do direito de interposição de recurso.

9.3 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.4 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5 - O resultado do recurso será comunicado a todos os licitantes via fax ou e-mail.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

10.2 – Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

11 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - O pagamento será efetuado por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do pedido dos créditos para o vencimento de cada fatura.

11.1.1 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

11.2 – A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária nº:
1441.03.122.701.2002.0001.339039-18.10.1.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O licitante que causar o retardamento do andamento do certame, não mantiver a proposta, desistir da licitação, fraudar de qualquer forma o procedimento dessa licitação, apresentar documentação falsa, demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração; e o adjudicatário que, convocado dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar documentação exigida neste edital, não assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa, cometer fraude fiscal, levar ao atraso e à inexecução parcial ou total do serviço contratado, bem como praticar demais condutas vedadas pela legislação vigente, está sujeito à aplicação das seguintes sanções:

I – Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II – Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual, até 5 (cinco) anos, conforme previsto no artigo 12 da Lei Estadual n.º 14.167/2002 c/c artigo 48 do Decreto Estadual nº 45.902/2012.

IV - Declaração de inidoneidade para Licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir à CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

12.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a do inciso II, de acordo com a gravidade da infração, assegurada ampla defesa à Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, salvo a hipótese do inciso IV, em que o prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, podendo ser impugnado por irregularidade na aplicação das disposições legais.

§ 1º Este Edital poderá ser impugnado até as 17 horas do 5º (quinto) dia após a data de publicação do aviso de edital, mediante protocolo do devido instrumento na Defensoria Pública, localizada na rua Bernardo Guimarães, nº. 2640 – Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG.

§ 2º A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais julgará e responderá à impugnação em até 24 horas, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 3º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação o licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

§ 4º A Administração poderá, a qualquer momento, pronunciar a existência de vício no edital, sendo-lhe lícito promover a invalidação parcial ou total, conforme o vício verificado.

13.2 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

13.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição das mercadorias ofertadas, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

13.4 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

13.5 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.6 - A autoridade competente para aprovar a realização do pregão poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado e que justifique tal conduta, arguindo anulação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros ou do próprio pregoeiro, mediante decisão escrita e fundamentada.

13.7 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

13.8 - Caberá a empresa credenciada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

13.9 – Informações complementares que visam a obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, no horário das **9h** às **11h30min** ou das **13h30min** às **16h30min**, de segunda a sexta-feira, por escrito - Fax (31) 3348-6143 ou pelo **e-mail:** contratos@defensoria.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 02 de junho de 2014.

Regiane Salgueiro de Freitas
Pregoeira



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES COMERCIAIS PREGÃO Nº 1441003.00043/2014 - TIPO ELETRÔNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de PEÇAS ORIGINAIS, para veículos leves, médios e pesados das linhas Fiat, Ford, Chevrolet, Renault e Volkswagen que compõem a frota da Defensoria Pública do Estado (DPMG) em todo o Estado de Minas Gerais. Este Objeto deverá se estender aos veículos que venham a incorporar ao patrimônio da DPMG.

Inclui os serviços de reparos mecânicos, serviços de funilaria, lanternagem, pintura, injeção eletrônica, eletricidade, ar condicionado, reposição de peças ORIGINAIS, alinhamento, balanceamento, serviço de cambagem e cârter, redução e diferencial, fornecimento de filtro de ar, filtro de combustível e de óleo para motores a álcool, gasolina, flex e diesel; serviços de capotaria/vidraçaria, borracharia, lavagem geral e outros serviços e reparos que forem necessários e reboque 24 horas.

1.1- DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	QDADE	UNID	DESCRIÇÃO
01	2.100	Hora homem trabalhada	Contratação de prestação de serviços mecânicos com fornecimento de peças originais, a serem substituídas se necessário for, para manutenção preventiva, corretiva, elétrica, troca de óleo, ar condicionado, lanternagem, pintura, funilaria, capotaria, vidraçaria, lavagem em geral e reparos em geral, além de reboque 24 horas para veículos leves, médios e pesados das linhas Fiat, Ford, Chevrolet e Renault , pertencentes à frota da DPMG.
02	R\$150.000,00	peças	
03	10.000	Km	Serviço de Reboque de remoção de veículos na Capital, Região Metropolitana e demais cidades do interior do Estado.

1.2- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Esta contratação se justifica pela necessidade de manutenção preventiva, corretiva e recuperação dos veículos oficiais da DPMG, mantendo-os operacionais e em uso em todo o Estado de Minas Gerais.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2 – EXECUÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1 – Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as especificações e condições descritas neste Termo de Referência e com as disposições do contrato a ser celebrado.

2.1.1 – O fornecedor vencedor **deverá possuir** equipamentos e pessoal qualificado, na forma de que trata este Termo de Referência, **no Município de Belo Horizonte/MG e nas outras cidades elencadas no Anexo III**, visando executar os serviços a serem contratados, sendo permitida a subcontratação.

2.2 - A Unidade de Medida adotada para a prestação dos serviços é a homem/hora de serviço mecânico prestado para revisão/conserto dos veículos, e maior percentual de desconto no preço global, para aquisição de peças, de modo a garantir sua utilização segura e constante, durante a vigência do futuro contrato a ser firmado.

2.3 - Os serviços a serem executados pelo fornecedor vencedor, e peças serão solicitados pela DPMG - por meio da Diretoria de Logística, com emissão da nota de empenho.

2.4 - Após os veículos oficiais darem entrada em seu estabelecimento, o fornecedor vencedor deverá emitir “check-list” com cópia para a Diretoria de Logística da DPMG, e, após exame, vistoria, e, quando for o caso, desmontagem de suas partes defeituosas, preparará e submeterá à aprovação da Diretoria de Logística da DPMG um orçamento escrito dos serviços a serem realizados e indicará, inclusive, o número de horas-homem a serem utilizadas, com base na tabela do tempária, e relacionará, ainda, todas as peças e componentes a serem substituídos, especificando item por item, no prazo de 24 horas.

2.4.1 O número de horas e quantitativo de pessoal a serem utilizados na execução de cada tipo de serviço, e, portanto, a ser considerado para efeito de pagamento, será o constante das tabelas de tempo padrão de mão-de-obra elaboradas/fornecidas pelos fabricantes dos veículos, não sendo permitido o acréscimo de etapa ou fase de serviços já incluídos na sua descrição final.

2.4.2 Os preços propostos no orçamento serão conferidos pela Diretoria de Logística da DPMG com base nas tabelas dos fabricantes, antes da aprovação do mesmo, podendo recusá-lo ou pedir revisão.

2.4.3 Qualquer serviço, seja de manutenção preventiva, seja de manutenção corretiva, bem como qualquer substituição de peças ou componentes, só poderá ser executado após aprovação, por parte da Diretoria de Logística, do orçamento mencionado neste subitem 2.4.

2.4.4 Depois de aprovado o orçamento e autorizado o serviço, qualquer necessidade superveniente de outros itens e mão-de-obra e/ou peças e componentes ficará sujeita aos mesmos procedimentos definidos no subitem 2.4 e 2.4.3.

2.4.5 O fornecedor vencedor obriga-se a, no caso de promoções de preços de serviços e de peças, estendê-las a DPMG, desde que em condições mais vantajosas do que o preço ofertado para a hora/homem e do desconto ofertado para as peças por força deste Termo de Referência.

2.5 O fornecedor vencedor obriga-se a receber os veículos oficiais, em instalações abrigadas e cobertas pelo tempo necessário para a sua manutenção completa.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3 – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1 - Os serviços, relacionados no objeto desta licitação, constarão de:

a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Sistemática regular de revisões e serviços para garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação do veículo. Esta manutenção deve ser efetuada de acordo com a periodicidade e com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo.

b) MANUTENÇÃO CORRETIVA

Visa reparar avarias e tornar operacional o veículo reparando os defeitos em seus componentes, peças ou sistemas e garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, bem como a substituição ou conserto de peças e equipamentos que apresentem defeito ou desgaste, de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo.

c) SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES

Havendo necessidade de substituição de peças/componentes estas deverão ser originais.

c.1) São considerados peças e componentes originais as peças e componentes produzidos para a linha de produção do fabricante da linha do veículo, comercializadas no varejo.

c.2) As peças e componentes substituídos pelo fornecedor vencedor, deverão ser entregues à Diretoria de Logística devidamente acondicionadas, no ato do recebimento dos veículos consertados.

d) SERVIÇO DE REBOQUE

Quando os veículos não puderem trafegar até a oficina do licitante vencedor para os necessários reparos ou serviços, em consequência de defeitos mecânicos, elétricos ou quaisquer outras avarias ou panes ocorridas, o licitante vencedor deverá providenciar a execução do serviço de reboque, responsabilizando-se integralmente pelo veículo transportado.

d.1) Os serviços de reboque deverão ser prestados através de veículo-socorro devidamente equipado, devendo ser “lacrados” os veículos rebocados no horário compreendido entre 18:00 às 08:00 horas).

d.2) O serviço de reboque deverá ser ininterrupto (24 horas diárias compreendendo de segunda-feira a domingo).

3.2 - Os serviços de manutenção preventiva e corretiva abrangem:

- a) parte mecânica e eletro-eletrônico;
- b) sistema de direção, de escapamento, de freios e de suspensão;
- c) serviços de caixa de câmbio e embreagem;
- d) serviços de borracharia, tapeçaria, vidraçaria;
- e) troca de óleo lubrificante do motor e lubrificações em geral;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- f) troca de filtro de óleo, filtro de ar, anéis veladores e lubrificantes;
- g) serviços preventivos e corretivos de ar condicionado, incluindo a higienização bem como a troca dos filtros anti pólen;
- h) serviços no sistema de direção hidráulica e ou mecânica, incluindo bomba hidráulica da direção e correias;
- i) demais itens, de tal modo que a utilização dos veículos possa ser feita de maneira segura, econômica e eficiente.
- j) serviço preventivo de conservação e higienização de veículo (lavagem geral simples com polimento);
- k) serviço preventivo de conservação e higienização de veículo (Guariba com cristalização da pintura);
- l) serviços de funilaria e pintura;
- m) serviços de lanternagem.

3.3 - A quantidade de horas necessárias para a execução de cada serviço será dimensionada de acordo com os manuais de tempo-padrão de mão-de-obra dos fabricantes dos veículos (tabela tempária).

4 - CONDIÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

4.1 - O fornecedor vencedor deverá possuir equipamentos e pessoal qualificado, na forma de que trata este Termo de Referência, no Município de Belo Horizonte/MG, visando executar os serviços a serem contratados, atendendo aos seguintes requisitos mínimos:

- a) possuir equipe de profissionais qualificados para as diversas atividades de manutenção (mecânica, elétrica, etc.);
- b) dispor de equipamentos para teste e limpeza de injetores;
- c) dispor de sistema computadorizado para diagnóstico e aferição de sistemas de injeção eletrônica, teste e limpeza de injetores;
- d) possuir elevador hidráulico para veículos (ou, alternativamente, rampa apropriada para a execução de serviços na parte inferior dos veículos);
- e) possuir ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para realização dos serviços;
- f) possuir garagem coberta para guarda dos veículos oficiais que estiverem sob seus cuidados.
- g) possuir caixa de separação de óleo

5 – GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.1 - Os serviços executados pelo fornecedor vencedor terão garantia pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses ou 60.000 (sessenta mil) quilômetros, o que ocorrer primeiro, contado a partir de sua realização, independentemente da quilometragem dos veículos. O fornecedor vencedor deverá constar no orçamento aprovado pela Diretoria de Logística o prazo da garantia dos serviços.

5.2 - As peças e componentes fornecidos e instalados pelo fornecedor vencedor ficam por ele garantidas como sendo isentos de quaisquer vícios ou defeitos, na forma prevista em lei, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes dos veículos, sem limite de quilometragem, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.2.1. Faculta-se à Diretoria de Logística verificar junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de o fornecedor vencedor oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

5.3 - A re-execução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a DPMG, e acarretará a reabertura de novo prazo integral da garantia, conforme Código de Defesa do Consumidor.

5.4 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pelo fornecedor vencedor em documento à parte, que será entregue à Diretoria de Logística, quando da liberação do veículo e no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.

5.5 – Os valores estimados neste Termo de Referência, para as despesas com peças e para a mão de obra dos serviços serão utilizados apenas para efeito de julgamento, estando certo que, apenas serão pagos pela DPMG os serviços efetivamente executados e as peças instaladas.

6 – DA SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação de oficinas nas cidades relacionadas no Anexo II deste Termo de Referência, exceto para a região metropolitana de Belo Horizonte, local no qual a prestação deverá ser realizada de forma direta.

Realizada a subcontratação, as despesas correrão por conta da contratada, sem nenhum ônus adicional à contratante. Os serviços prestados pela subcontratada terão os mesmos prazos de garantias estipulados em contrato.

7 - METODOLOGIA

O critério de julgamento será o menor valor global do lote.

8 – PROCEDIMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

A fiscalização e o gerenciamento do contrato ficarão a cargo da Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos da DPMG.

9 - DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de aceitação do serviço e/ou entrega do objeto, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

10.1.1 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida

Belo Horizonte, 21 de maio de 2014.

EMERSON VARELA DELGADO -
DIRETOR DE RECURSOS LOGÍSTICOS E TECNOLÓGICOS



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO Nº 1441003.00043/2014 - TIPO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1441003.00043/2014				
Razão Social				
CNPJ				
Endereço				
Telefone/Fax				
Prazo de Validade da proposta				
Quadro 1	A	B	C	D
PEÇAS	Valor estimado da despesa (R\$)	% de desconto ofertado sobre a tabela de fábrica	Valor do desconto (R\$)	Valor líquido obtido após a aplicação do desconto (R\$)
			A X B	A – C
	R\$ 150.000,00			
	Valor total líquido obtido após a aplicação do desconto			R\$

Quadro 2	E	F	G
SERVIÇOS	Número anual Estimado de horas / homem	Valor da hora / trabalho (R\$)	Valor anual estimado da mão de obra (R\$)
			EXF
	2.100		R\$

Quadro 3	H	I	J
SERVIÇOS	Número anual Estimado de Serviço de Reboque de veículo	Valor do Km rodado (R\$)	Valor anual estimado do Km rodado (R\$)
	10.000 Km		EXF
			R\$

Quadro 4	Peças	Serviço		Valor
RESULTADO	Valor total líquido obtido após a aplicação do desconto sobre as peças (D do quadro 1) (R\$)	Valor anual estimado da mão de obra (G do quadro 2) (R\$)	Valor anual estimado do Serviço de Reboque (J do quadro 3)	Preço global (R\$)
	K	L	M	K + L + M
				R\$

Declaro estar de acordo com todas as normas deste Edital e seus anexos e que nos preços encontram-se incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais/trabalhistas, impostos, taxas, seguros, lucro, e outras despesas de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços, objeto da presente licitação.

Data e Local

Assinatura do representante legal.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III

VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA DPMG/MG:

ITEM	PLACA	UF	MARCA/MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	CIDADE
1	GTM9054	MG	FIAT/PALIO WEEK HLX	2006	ITAJUBÁ
2	GTM9055	MG	FIAT/DUCATO MINIBUS	2006	BELO HORIZONTE
3	HMG1211	MG	FIAT/UNO MILLE	2001	BELO HORIZONTE
4	HMG1212	MG	FIAT/UNO MILLE	2001	BELO HORIZONTE
5	HMG2019	MG	GM/CORSA CLASSIC	2002	BELO HORIZONTE
6	HMG4705	MG	FIAT/DOBLO ELX	2005	POÇOS DE CALDAS
7	HMG4706	MG	FIAT/DOBLO ELX	2005	BELO HORIZONTE
8	HMG4707	MG	FIAT/PALIO WEEK HLX	2005	JOÃO MOLEVADE
9	HMG4708	MG	FIAT/PALIO WEEK HLX	2005	BELO HORIZONTE
10	HMG4709	MG	FIAT/DOBLO ELX	2005	MONTES CLAROS
11	HMG4710	MG	FIAT/PALIO WEEK HLX	2005	BELO HORIZONTE
12	HMG4970	MG	GM/ASTRA SEDAN ELEGA	2005	BELO HORIZONTE
13	HMG5717	MG	FIAT/DUCATO CARGO	2005	BELO HORIZONTE
14	HMH0350	MG	FIAT/DOBLO ELX 1.8 F	2007	BELO HORIZONTE
15	HMH2152	MG	RENAULT/LOGAN EXP 16	2007	BELO HORIZONTE
16	HMH4197	MG	GM/CORSA HATCH MAXX	2008	BELO HORIZONTE
17	HMH5067	MG	GM/ASTRA SEDAN ADVAN	2008	BELO HORIZONTE
18	HMH5213	MG	GM/ZAFIRA COMFORT	2008	JUIZ DE FORA
19	HMH5241	MG	GM/ASTRA SEDAN ADVAN	2008	BETIM
20	HMH5329	MG	GM/CELTA 2P LIFE	2008	SETE LAGOAS
21	HMH5387	MG	GM/ZAFIRA COMFORT	2009	VARGINHA
22	HMH5388	MG	GM/ZAFIRA COMFORT	2009	ARAGUARI
23	HMH5389	MG	FIAT/PALIO WEEK ELX	2009	DIVINÓPOLIS
24	HMH5390	MG	FIAT/PALIO WEEK ELX	2009	CONSELHEIRO LAFAIETE
25	HMH5391	MG	FIAT/PALIO WEEK ELX	2009	POUSO ALEGRE
26	HMH5392	MG	FIAT/PALIO WEEK ELX	2009	GOVERNADOR VALADARES
27	HMH5393	MG	FIAT/PALIO WEEK ELX	2009	BELO HORIZONTE
28	HMH5509	MG	FIAT/PALIO WEEK ELX	2009	TEÓFILO OTONI
29	HNH0018	MG	FIAT/DOBLO HLX 1.8 F	2009	UBERLÂNDIA
30	HNH0019	MG	FIAT/DOBLO HLX 1.8 F	2009	CATAGUASES
31	HNH0020	MG	FIAT/DOBLO HLX 1.8 F	2010	JUIZ DE FORA
32	HNH0021	MG	FIAT/DOBLO HLX 1.8 F	2010	UBERABA



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ITEM	PLACA	UF	MARCA/MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	CIDADE
33	HNH0580	MG	GM/ZAFIRA COMFORT	2010	BELO HORIZONTE
34	HNH1522	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	TEÓFILO OTONI
35	HNH1523	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	PÁTIO
36	HNH1524	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	PASSOS
37	HNH1525	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	PONTE NOVA
38	HNH1526	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	UNAÍ
39	HNH1527	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	ALMENARA
40	HNH1528	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	MURIAÉ
41	HNH1529	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	IPATINGA
42	HNH1530	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	BELO HORIZONTE
43	HNH1531	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	CARATINGA
44	HNH1532	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	BELO HORIZONTE
45	HNH1533	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	MONTES CLAROS
46	HNH1534	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	IGARAPÉ
47	HNH1535	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	PATOS DE MINAS
48	HNH1536	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	PARÁ DE MINAS
49	HNH1537	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	GOVERNADOR VALADARES
50	HNH1538	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011	RIBEIRÃO DAS NEVES
51	NXX1937	MG	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2012	VIÇOSA
52	ORC9504	MG	VOLKSWAGEN/EUROBUS	2013	BELO HORIZONTE
52 unidades			Total geral		

Belo Horizonte, 21 de maio de 2014.

EMERSON VARELA DELGADO -
DIRETOR DE RECURSOS LOGÍSTICOS E TECNOLÓGICOS



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PREGÃO Nº 1441003.00043/2014 - TIPO ELETRÔNICO
--

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ n.º _____, sediada na _____ declara sob as penas da Lei que, até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos para sua participação no Pregão Eletrônico n.º _____, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Belo Horizonte, _____ de _____ 2014.

Nome da Empresa: _____

Representante Legal: _____

Cargo: _____

Identificação do declarante



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO
PREGÃO Nº 1441003.00043/2014 - TIPO ELETRÔNICO

DECLARAÇÃO DE MENORES

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ n.º _____, sediada na _____ vem declarar sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Belo Horizonte, _____ de _____ 2014.

Nome da Empresa: _____

Representante Legal: _____

Cargo: _____

Identificação do declarante



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO Nº 1441000.00043/2014 - TIPO ELETRÔNICO

CONTRATO nº /2014

CONTRATO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS QUE ENTRE SI CELEBRA O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E A EMPRESA

_____.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede Na Rua Bernardo Guimarães, nº. 2.640, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 05.599.094/0001-80, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela **DEFENSORA PÚBLICA GERAL, ANDRÉA ABRITTA GARZON**, brasileira, portadora da C.I. nº. M-3.031.359 SSP/MG e CPF nº. 512.782.946-00, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, e _____, sediada em _____, na rua _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal _____, CI _____, CPF: _____, em decorrência do processo licitatório nº. 1441003.00043/2014, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, em conformidade com a Proposta Comercial respectiva, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, nos termos da Lei Estadual nº. 14.167/2002, Lei Estadual nº. 13.994/2001, Decreto Estadual nº. 44.786/2008, Decreto Estadual nº. 45.902/2012 e demais normas pertinentes, celebram o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação do serviço de manutenção de veículos, com fornecimento de peças originais e serviços de reboque, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência – ANEXO I, II e III do edital do Pregão nº. 1441003.000/2014 e a proposta da CONTRATADA que, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço global estimado do presente Contrato é de R\$ _____ (valor por extenso) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, com a devida adequação da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Contratação de prestação de serviços mecânicos com				



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

fornecimento de peças originais, a serem substituídas se necessário for, para manutenção preventiva, corretiva, elétrica, troca de óleo, ar condicionado, lanternagem, pintura, funilaria, capotaria, vidraçaria, lavagem em geral e reparos em geral, além de reboque 24 horas para veículos leves, médios e pesados das linhas Fiat, Ford, Chevrolet e Renault , pertencentes à frota da DPMG.	Hora homem trabalhada.	2.100	R\$	R\$
PEÇAS		VALOR ESTIMADO	DESCONTO	VALOR TOTAL COM DESCONTO
Porcentagem de desconto ofertado sobre a tabela de fábrica para as peças.	____%	R\$ 150.000,00	R\$	R\$
SERVIÇO REBOQUE				
Serviço de Reboque de remoção de veículos na Capital, Região Metropolitana e demais cidades do interior do Estado.	Km	10.000	R\$	R\$
VALOR TOTAL				R\$

2.2. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA o valor unitário registrado, multiplicado pela quantidade por ele solicitada.

2.3. Incluídos no preço unitário estão todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, as quais correrão por conta da EMPRESA CONTRATADA.

2.4. Os preços registrados deverão sempre ser adequados ao valor de mercado, sob pena de não haver a aquisição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DO PRODUTO

3. 1. O fornecedor deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, e materiais utilizados, reparando ou refazendo os serviços que apresentarem defeitos, por um período mínimo de mínimo de 06 (seis) meses ou 60.000 (sessenta mil) quilômetros, o que ocorrer primeiro, contado a partir de sua realização, independentemente da quilometragem dos veículos. O fornecedor vencedor deverá constar no orçamento aprovado pela Diretoria de Logística o prazo da garantia dos serviços.

3.2 - As peças e componentes fornecidos e instaladas pelo fornecedor vencedor ficam por ele garantidas como sendo isentos de quaisquer vícios ou defeitos, na forma prevista em lei, por um prazo



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes dos veículos, sem limite de quilometragem, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.

3.2.1. Faculta-se à Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos verificar junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de o fornecedor vencedor oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

3.3 - A re-execução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, e acarretará a reabertura de novo prazo integral da garantia, conforme Código de Defesa do Consumidor.

3.4 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pelo fornecedor vencedor em documento à parte, que será entregue à Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos, quando da liberação do veículo e no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO

4.1 - O Contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado por períodos idênticos e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal de nº 8.666/93.

4.2 - No que concerne a prestação de serviços (mão de obra), poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, com base no IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, de acordo com a legislação vigente.

4.3 – No que concerne ao fornecimento de peças e componentes, os preços serão alterados de acordo com a tabela do fabricante, deduzidos os descontos, se houverem.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de aceitação do serviço e/ou entrega do objeto, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

5.1.1 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

5.1.2 - Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação do serviço, o prazo para pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela CONTRATADA, caso em que não será devida atualização financeira.

5.1.3 - A CONTRATANTE não arcará com eventuais acréscimos estabelecidos nas Notas Fiscais, que não estiverem previstos neste Instrumento.

5.1.4 - A CONTRATADA deverá informar na Nota Fiscal o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente para crédito do pagamento, além do número deste.

5.2 - Ocorrendo atraso não justificado do pagamento por parte do CONTRATANTE, será devida multa de 2% sobre o valor em atraso, mais juros de mora à razão de 0,015% ao dia, a partir da data



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

prevista para o pagamento, contados até a data do efetivo pagamento, calculado sobre o valor em atraso.

5.3 - Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária nº. 1441.03.122.701.2002.0001.339039-18.10.1, do orçamento em vigor e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1. A prestação do serviço será feito de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e das descrições do ANEXO I do edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

8.1 – Da CONTRATADA:

8.1.1 – Prestar os serviços de acordo com as necessidades da CONTRATANTE nas condições descritas no ANEXO I do Termo de Referência;

8.1.2 - Emitir a(s) Nota(s) Fiscal(is) dos serviços prestados no período;

8.1.3 - Responsabilizar-se por todos os ônus relativos a prestação do serviço contratado;

8.1.4 – Prestar o serviço, objeto deste Contrato, mesmo em caso de greve de seus funcionários ou de empresas responsáveis pelo transporte de combustíveis;

8.1.5 - Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, nos termos do Inciso XIII do artigo 55 da Lei federal nº 8.666/93;

8.1.6 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, nos termos dos itens 3.1 a 3.2 da Cláusula Terceira deste Contrato;

8.1.7 - Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, envolvidos na execução do Contrato;

8.1.8 - Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do Contrato, dentro do exercício financeiro vigente;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.1.9 - Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que venham incidir sobre o recurso humano necessário à execução do objeto deste Contrato;

8.1.10 – Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que ocorrido nas dependências do CONTRATANTE;

8.1.11 – Responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, dispositivo legal ou regulamento;

8.1.12 - Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

8.2 – Da CONTRATANTE:

8.2.1 - Efetuar o pagamento das faturas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, em conformidade com a CLÁUSULA QUINTA deste contrato;

8.2.2 - Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do Contrato;

8.2.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 – As penalidades aplicáveis pela inadimplência a qualquer das obrigações assumidas neste instrumento são as que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e posteriores preveem em seus artigos 86, 87 e 88, e as que o Decreto Estadual nº 45.902/2012 prevê.

9.2 – As penalidades serão, em cada caso, graduadas pela CONTRATANTE, de acordo com a gravidade da infração, observado o Decreto Estadual nº 45.902/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Das decisões proferidas pela Administração caberão recursos, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária, multa ou rescisão do Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato ocorrido, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado a autoridade competente, devendo, neste caso a decisão ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo Diretor de Recursos Logísticos e Tecnológicos da Defensoria Pública, a quem competirá zelar pela perfeita exação do pactuado, nos termos do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e amigavelmente nos termos do Art. 79, inciso II, combinado com o Art. 78 da mesma Lei.

13.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 A CONTRATANTE publicará este Contrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em forma resumida, em obediência ao disposto no Parágrafo Único do artigo 61 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação deste contrato em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

16.1 - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da **CONTRATADA** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

16.2 - A execução deste contrato em todas suas cláusulas e os casos omissos será regida em conformidade com Lei federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei estadual nº 13.994/01 e pelo Decreto estadual nº 45.902/2012 e suas alterações posteriores.

E, para firmeza, como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este contrato que, depois de lido e achado de acordo, será assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, dele extraídas três vias de igual teor, para um só efeito.

Belo Horizonte/MG, de de 2014.

ANDRÉA ABRITTA GARZON
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL
CONTRATANTE



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ASS:
NOME:
CPF:

ASS:
NOME:
CPF: